



A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO HAITI: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DOS PROBLEMAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A RECONSTRUÇÃO NACIONAL

Milius Guerrier¹

Maria José Aviz do Rosario²

RESUMO

Este artigo faz parte da pesquisa de mestrado e tematiza a democratização da educação no Haiti, enfatizando que o acesso igualitário à educação é essencial para o desenvolvimento individual e coletivo do país; objetivando analisar do ponto de vista histórico os problemas e desafios do acesso à educação no Haiti, examinando o processo educacional em seu contexto social, cultural e político. O estudo foi produzido por meio de levantamento bibliográfico e documental, documentos oficiais do ministério da educação do Haiti, Plano Nacional de Educação e Formação (PNEF) e o Plano Decenal de Educação e Formação (PDEF), pelos quais foi possível identificar que a falta de investimento em educação, a infraestrutura e os recursos escolares insuficientes, os problemas com o francês como idioma de ensino para uma população que fala crioulo, a crise política e os desastres naturais são apenas alguns dos desafios a serem superados. Para transpor esses obstáculos, o estudo propõe o investimento em educação e a implementação de uma política educacional sólida. Com esse foco, essas medidas visam promover uma educação de qualidade e equitativa em todo o país, contribuindo assim para a construção da identidade física e social do futuro nacional do Haiti.

Palavras-chave: Haiti. Democratização da educação. Desafios e perspectivas.

THE DEMOCRATIZATION OF EDUCATION IN HAITI: A HISTORICAL ANALYSIS OF THE PROBLEMS, CHALLENGES AND PROSPECTS FOR NATIONAL RECONSTRUCTION

ABSTRAT

This article is part of my master's research and focuses on the democratization of education in Haiti, emphasizing that equal access to education is essential for the individual and collective development of the country; it aims to analyze from a

¹ Mestrando em Ciências da Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação Básica (PPEB): Currículo e Gestão da Escola Básica, no Núcleo de Estudos de Educação Básica (NEB) da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil. Orcid iD: <https://orcid.org/0009-0001-9167-6043>. E-mail: guerriermilius113@gmail.com

² Professora e Vice-coordenadora do Núcleo de Estudos de Educação Básica (NEB), do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB) da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-8680-5181>. E-mail: mrosario@ufpa.br

historical point of view the problems and challenges of access to education in Haiti, examining the educational process in its social, cultural and political context. The study was produced by means of a bibliographical and documentary survey, official documents from the Haiti Ministry of Education, the National Education and Training Plan (PNEF) and the Ten-Year Education and Training Plan (PDEF), through which it was possible to identify that the lack of investment in education, insufficient school infrastructure and resources, problems with French as the language of instruction for a Creole-speaking population, the political crisis and natural disasters are just some of the challenges to be overcome. To overcome these obstacles, the study proposes investment in education and the implementation of a solid education policy. With this focus, these measures aim to promote quality and equitable education throughout the country, thus contributing to the construction of the physical and social identity of Haiti's national future.

Keywords: Haiti. Democratization of education. Challenges and prospects.

LA DEMOCRATIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN EN HAITÍ: ANÁLISIS HISTÓRICO DE LOS PROBLEMAS, RETOS Y PERSPECTIVAS DE RECONSTRUCCIÓN NACIONAL

RESUMEN

Este artículo es parte de mi investigación de maestría y se centra en la democratización de la educación en Haití, haciendo hincapié en que la igualdad de acceso a la educación es esencial para el desarrollo individual y colectivo del país; pretende analizar los problemas y retos del acceso a la educación en Haití desde un punto de vista histórico, examinando el proceso educativo en su contexto social, cultural y político. El estudio se ha realizado mediante una encuesta bibliográfica y documental, documentos oficiales del Ministerio de Educación de Haití, el Plano Nacional de Educación y Formación (PNEF) y el Plano Decenal de Educación y Formación (PDEF), a través de los cuales se ha podido identificar que la falta de inversión en educación, la insuficiencia de infraestructuras y recursos escolares, los problemas con el francés como lengua de enseñanza para una población criollohablante, la crisis política y las catástrofes naturales son algunos de los retos a superar. Para superar estos obstáculos, el estudio propone invertir en educación y aplicar una política educativa sólida. Con este enfoque, estas medidas pretenden promover una educación de calidad y equitativa en todo el país, contribuyendo así a la construcción de la identidad física y social del futuro nacional de Haití.

Palabras clave: Haití. Democratización de la educación. Desafíos y perspectivas.

INTRODUÇÃO

Nesta análise, sobre a democratização da educação no Haiti, vamos nos aprofundar nos meandros da história do país para apresentar os desafios atuais enfrentados por seu sistema educacional, desde os primeiros vestígios da colonização escravocrata até as lutas pela independência, considerando

que cada época deixou sua marca na educação. Ao explorar essas interconexões entre o passado e o presente, pretendemos esclarecer o caminho em direção à uma educação mais democrática, equitativa e de qualidade para todos os haitianos e, ao mesmo tempo, destacar os desafios para o desenvolvimento da educação no Haiti, em relação ao papel crucial da democratização do ensino, tendo em vista a reconstrução nacional.

O artigo fez uso da pesquisa histórica que permite-nos analisar e interpretar os escritos do passado e reescrever no presente, também nos permite compreender as relações entre história, tempo, memória e espaço por meio do uso de fontes. De acordo com Assis (2017), as fontes da história são construídas pelas ações do homem como testemunhos de atos históricos produzidos pela humanidade. Eles serviram para entender os problemas e os desafios do acesso à educação no Haiti, examinando o processo educacional em seu contexto social, cultural e político.

A democratização da educação no Haiti é analisada segundo as categorias história e temporalidades históricas, a partir dos dados de documentos oficiais do ministério da educação do Haiti, tais como: o Plano Nacional de Educação e Formação – PNEF (1998), o Plano Decenal de Educação e Formação – PDEF (2018), projetos dentre outros, como exemplo relatório Fallon e Mazawi (2014). Ao mesmo tempo, foi realizado um levantamento bibliográfico por meio de consulta a diversos livros, como Bourdieu e Passeron (2010) e Durkheim (2014); pesquisas científicas e estudos como Croisy (2012), Desse, Pierre e Lucien (2012), Faustino e Gasparin, (2001) tanto em bibliotecas físicas quanto no formato on-line com os quais se pôde analisar a democratização da educação do Haiti.

No início da história haitiana, a educação ocupa um lugar importante, senão central, como reflexo das lutas passadas para estabelecer uma educação de qualidade que seja acessível a todos (MENFP, 2012). A democratização da educação no Haiti surgiu, portanto, como uma questão crucial para o futuro do país.

O Haiti, oficialmente conhecido como República do Haiti, compartilha a ilha de Hispaniola com a República Dominicana, localizada no grande

arquipélago do Mar do Caribe. O país também fica a leste de Cuba e da Jamaica e ao sul das Bahamas e das Ilhas Turcas e Caicos. Ao Sudoeste está a ilha de Navassa. O país tem uma população estimada de 11,8 milhões de pessoas que vivem em 27.750 quilômetros quadrados³.

Tornou-se a primeira república negra independente politicamente, em primeiro de janeiro de 1804, e no mesmo ano pôs fim à escravidão, tornando todos os cidadãos livres, o que fez o país entrar para a história mundial por sua coragem e resistência diante da opressão colonial. No entanto, apesar dessas conquistas históricas, o país ainda enfrenta enormes desafios, como o acesso à educação, que estão enraizados no tumulto do passado.

De acordo com o Plano Nacional de Educação do Haiti - MENFP (2012), a educação é a formação de um cidadão produtivo, capaz de melhorar constantemente as condições físicas e culturais do país, criando riqueza material e contribuindo para o desenvolvimento de valores culturais, morais e espirituais da nação. O plano é um instrumento para fazer valer o artigo 32.1 da constituição haitiana de 1987, o qual estipula que: "O Estado garante o direito à educação. A educação é gratuita em todos os níveis. Essa liberdade é exercida sob o controle do Estado" (Haiti, 1987, s. p.).

Essas garantias previstas para a educação do Haiti se fazem presentes em documentos internacionais como a convenção sobre os direitos da criança de 1989 em seu artigo 28 como cita UNICEF:

A criança tem direito a educação e o Estado tem a obrigação de tomar o ensino primário obrigatório e gratuito, encorajar a organização de diferentes sistemas de ensino secundário acessíveis a todas as crianças e tornar o ensino superior acessível a todos, em função das capacidades de cada um. As disciplinas escolares devem respeitar os direitos e a dignidade da criança. Para garantir o respeito por este direito, os Estados devem promover e encorajar a cooperação internacional (UNICEF, 2019, p. 24).

Essa perspectiva de garantias de direitos corrobora com Bourdieu e Passeron (2010), quando se referiu em seu trabalho sobre a reprodução da educação na sociedade e na cultura e com Émile Durkheim que definiu a

³ WORLDOMETERS, *Population d'Haiti 2024 et Historique*. Disponível em: <https://www.worldometers.info/world-population/haiti-population/>. Acesso em: 15 de jul. 2024.

educação como o domínio da produção de conhecimento na formação do ser humano. Esta última pode estimular e desenvolver um certo número de estados físicos, intelectuais e morais que a sociedade requer como um todo, política, social e culturalmente, e o ambiente especial para o qual ela é particularmente destinada, que parece ser o único meio de promover a construção nacional (Durkheim, 2014).

Para Faustino e Gasparin “a educação sendo o principal meio de libertar o homem da ignorância da desordem e da anarquia moral, deveria por isso, ser universal, pois se dirigiria a todos os povos, garantindo assim a unidade humana, sem exclusão de nenhuma classe social” (2001, p. 165). Na visão dos autores, é fundamental que todas as crianças tenham acesso à educação.

Na mesma linha de pensamento, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) postulam que “A educação é um direito fundamental e obrigatório cujo objetivo é tirar homens e mulheres da pobreza, reduzir as desigualdades e garantir o desenvolvimento⁴”.

Ainda que a constituição e o plano nacional do Haiti se atenham às normas internacionais e trabalhem com conceitos de educação, a situação atual do Haiti apresenta um estado deplorável no sistema educacional do país, como o fracasso flagrante em todos os níveis nas escolas haitianas. Em 2015-2016, a taxa nacional de aprovação foi de 34,88%, em 2021-2022, foi de 51,60% e, mais recentemente, em 2022-2023, esse índice caiu para 39,64%. Outra constatação é que a grande maioria das escolas no Haiti é privada, representando 80% da oferta escolar, em comparação com 20% das escolas públicas (Berrouet-Oriol, 2023). Essa situação no sistema educacional haitiano constitui uma estrutura institucional que é amplamente deficiente e perpetua a desigualdade social.

Em um artigo no jornal *National*, Charles Tardieu, professor-pesquisador e ex-ministro da Educação Nacional, destacou que, de acordo com um

⁴ UNESCO. **Ce qu'il faut savoir sur le droit à l'éducation**. 2022. Disponível em <https://www.unesco.org/fr/right-education> Acesso em: 3 mar. 2024.

relatório do UNICEF e de funcionários do *Ministere de l'Education Nationale et de la Formation Professionnelle* (MENFP): em junho de 2022, mais de meio milhão de crianças em idade escolar não puderam mais ir à escola devido à luta de gangues armadas na área metropolitana de Porto Príncipe, e cerca de 1.700 escolas tiveram que fechar suas portas, aumentando significativamente o número de alunos que não frequentam a escola devido à agitação política e à insegurança (Tardieu, 2023). Além disso, um grande número de professores dos setores público e privado estão envolvidos na espiral de migração para os Estados Unidos e Canadá. Esses problemas vão de encontro às prerrogativas constitucionais e às normas do PNEF.

O artigo é estruturado em três partes: Em primeiro lugar, trata do contexto histórico da educação no Haiti; em segundo, apresentamos os desafios e as questões envolvidas na democratização da educação no Haiti; em terceiro lugar, apresentamos as perspectivas para reconstrução nacional do Haiti; e, por último, são apresentadas as considerações finais.

O CONTEXTO HISTÓRICO DA DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO HAITI

Muito tem sido escrito e dito sobre a democratização da educação em todo o mundo. Na região do Caribe, e particularmente no Haiti, primeira república negra livre e independente a romper com o sistema colonial e escravocrata francês em 1º de janeiro de 1804 (Joint, 2008; Tardieu, 1988), essa é uma questão histórica extremamente complexa que representa um desafio crucial para o país, pois aumentar o acesso ao conhecimento e reduzir as desigualdades sociais são desafios universais.

É importante reconhecer que essas questões são colocadas de forma diferente, até mesmo mais aguda, nos países em desenvolvimento e até mesmo nos mais pobres, os chamados países subdesenvolvidos, uma vez que, nesse contexto, a falta de escolas é endêmica, a qualidade da educação oferecida e o reconhecimento social das escolas e do conhecimento transmitido são muitas vezes desiguais. Um ponto já mencionado por Louis Auguste Joint, quando ele ressalta a lógica da desigualdade educacional dentro do sistema educativo haitiano desde o seu início, em suas observações,

Joint aponta para um conjunto de restrições políticas e econômicas que limitam o acesso à educação no sistema educacional haitiano e, na raiz disso, um conjunto de crianças não tem a mesma oportunidade de frequentar a escola (Joint, 2008). Na mesma linha, Brutus (1948) aponta que, no nascimento do Estado, a educação estava ao alcance de um pequeno grupo, enquanto a grande população das classes médias desfavorecidas não tinha acesso a ela. Ele enfatizou a situação de desigualdade social que prevalecia entre os ricos e os pobres, os habitantes da cidade e os camponeses.

De fato, é inegável que o sistema educacional haitiano é fortemente influenciado pelo sistema educacional francês, para não dizer que é um derivado dele, já que o país foi colonizado pela França. Portanto, é um resultado direto da colonização.

O Haiti tem várias características distintas, inclusive sua história como a primeira nação a ser fundada após uma revolta de escravos que antes eram considerados "*va-nu-pieds*" ou "*sans Chaussures*", no sentido de que a nação conseguiu virar o sistema escravocrata de cabeça para baixo, tornando-se um símbolo de liberdade e frequentemente citado como modelo de independência, como aponta Jean-Pierre (2014),

No Haiti, a batalha de Vertiere incorpora o ato de unidade alcançado durante a guerra da independência e é, "da mesma forma, um modelo de unificação para os negros em geral que lutam pelo direito à autodeterminação". *Vertiere* é um lugar onde tudo é possível, onde as fronteiras de cor e classe desaparecem, onde a resiliência e o orgulho de uma comunidade muitas vezes caricaturada são expressos. É um espaço simbólico onde todos podem reivindicar seu direito fundamental à vida e à diferença (Jean-Pierre, 2014, p. 143).

Apesar disso, o país está sentindo cada vez mais a crescente influência dos países internacionais, resultando em um sistema de dominação por meio dos traços do imperialismo (Quijano, 1994).

No entanto, o Haiti um dos primeiros países a dar importância à educação, de acordo com o MENFP/UNESCO: "A criança, depois de ter sugado o leite de uma mãe carinhosa, ainda deve ser nutrida pelo da ciência" (2016, p. 34). Ele enfatiza que é nas escolas, em estabelecimentos educacionais bem administrados, que o amor pelo país pode ser inspirado.

De fato, o artigo 68 da constituição de 1801 promulgada pelo General Toussaint Louverture, o iniciador da independência do Haiti antes de 1804, declara: “Toda pessoa tem o direito de fundar estabelecimentos especialmente para a educação e instrução dos jovens sob a autorização e supervisão das administrações municipais⁵”. Basicamente, essa constituição favorecia a liberdade de educação.

Como precursor do Estado, Toussaint Louverture desempenhou um papel sagrado na construção nacional do Haiti ao cumprir uma função importante no estabelecimento do sistema educacional haitiano. O artigo 19 da Constituição de 1805, a constituição imperial do país, reforçou ainda mais esse fato: Em cada divisão militar, será criada uma escola militar para a instrução da juventude (Haiti, 2015; Joint, 2009). Logo ficou claro que a educação estava no centro de todas as decisões.

De fato, para construir o Estado, a educação foi considerada um fator determinante e um ponto importante para os novos líderes dessa nova nação. Tadiou relatou que “Na época, havia 6 divisões e 6 escolas. E elas estavam sob o controle do Ministério das Finanças e do Interior” (1988, p. 89). Apesar disso, Joint (2009), e Pierre (2021) acreditam que Dessalines apoiou financeiramente e recompensou aqueles que abriram escolas públicas durante seu período no poder.

No entanto, a situação econômica muito precária dos “novos livres” os impedia de frequentar essas escolas públicas, pois o Estado haitiano não alocava os recursos necessários para implementar sua política de educação gratuita (Pierre, 2021). Isso significa que a educação era vista como uma significativa pedra angular na construção de um Estado-nação.

É importante mencionar que, na virada do século, o Haiti foi um dos primeiros países do mundo a introduzir a gratuidade escolar em todas as suas constituições (Joint, 2008; Pierre, 2021), como a constituição de 1816 promulgada pelo governo Pétion, que estabeleceu o princípio da educação

⁵ HAITI. **Constitution 1801**, archive de l'histoire d'Haiti, s.d. Disponível em: <https://www.marxists.org/history/haiti/1801/constitution.htm>. Acesso em: 27 jan. 2024.

primária gratuita pela primeira vez, conforme consta no artigo 36 desta constituição:

Uma instituição pública será criada e organizada, como para todos os cidadãos, gratuita com relação às partes do ensino essenciais para todos os homens e cujos estabelecimentos serão distribuídos em uma relação combinada com as divisões (Pierre, 2021, p. 179).

Apesar de este artigo afirmar que a educação era gratuita no nível primário, o governo da época não se comprometeu a torná-la acessível a todos os cidadãos. Petion, que era presidente do Haiti ocidental na época, usou uma cláusula para restringir o acesso ao único Liceu que levava seu nome. De acordo com o historiador Edner Brutus, o *Lycee Petion* era reservado exclusivamente para os filhos de cidadãos que prestaram serviços à nação e que haviam morrido sem deixar meios suficientes para a educação de suas famílias (Brutus, 1948). Portanto, de acordo com Louis Auguste Joint, esse artigo da constituição foi parcialmente responsável por legalizar a desigualdade de oportunidades educacionais para as crianças (Joint, 2009). Também é importante assinalar, que no século XIX, o Haiti foi o primeiro país do continente a introduzir o conceito de educação obrigatória em sua constituição, em 1874 (GTEF, 2010).

No século XX e, mais especificamente, no início da década de 1970, os líderes do país perceberam que a educação era a única maneira de promover o desenvolvimento da nação. Portanto, eles iniciaram uma série de reformas no sistema educacional haitiano com o objetivo de tornar a educação acessível. Foi nesse cenário que, a pedido do então presidente, o ministro da educação Claude Bernard iniciou, em 1979, a reforma que leva seu nome, sendo um dos objetivos tornar a educação acessível a todos:

Educação de qualidade, acessível a todos os cidadãos, um pilar da democracia e do desenvolvimento nacional, e o Ministério da Educação exercendo plenamente seu papel de garantidor da democracia e da educação de qualidade em todos os níveis, nos setores público e privado em todo o país (MENJS, 1998, p. 52, tradução nossa).

No entanto, ainda que houvesse boas intenções das autoridades, a escolaridade continuou sendo um produto raro que não estava disponível

para todos os haitianos. Muitas crianças ainda não têm acesso à uma educação de qualidade. Portanto, a noção de democratização, conforme estipulado na Constituição, é uma prerrogativa do Estado e das autoridades locais, que conta com uma infinidade de atores, incluindo ONGs nacionais e internacionais, empresários privados e, acima de tudo, a responsabilidade dos pais.

Em termos de oferta educacional, o Haiti passou por muitos problemas ao longo de sua história. Ao ler os dados históricos disponíveis sobre a evolução da educação no país, durante o período de 1804 a 1970, conforme os anuários estatísticos da UNESCO, é possível observar variações significativas. Essas variações são essenciais para a compreensão da história da educação no Haiti durante esse período, ressaltando a inacessibilidade do ensino formal para todos e justificando a existência de uma educação elitista na época. A tabela a seguir apresenta os dados de 1804 a 1935.

TABELA 1 – Dados históricos mostrando o número de crianças em idade escolar e o número de alunos de 1804 a 1935

ANOS	NÚMERO DE ALUNOS	CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR (6 A 13 ANOS)	(%)
1804	500	90 000	0,6
1843	1 000	105 000	0,9
1848	1 190	110 000	1,1
1900	45 000	281 250	16
1904	27 000	300 000	9
1913	47 000	276 470	17
1919	45 800	381 600	12
1929	96 000	530 000	18
1935	98 000	576 000	17

Fonte: Anuários Estatísticos da UNESCO, Paris, retirado de (Rosemebrt, 1998, p. 63).

Com base nos dados históricos disponíveis sobre a evolução da educação no Haiti, bem como o número de alunos que frequentavam a escola desde o nascimento da nação em 1º de janeiro de 1804 até 1935, pudemos constatar, por meio da análise desses dados, que o problema da democratização da educação no Haiti existia desde o início e enfrentava

grandes dificuldades. Muitas crianças não tinham acesso à educação. Assim sendo, o modelo de 1950 mostrou que 90% dos haitianos não sabiam ler nem escrever. Até 1970, as escolas continuaram a ter uma influência limitada no modo de vida da população. Essa situação persistiu devido a vários fatores, incluindo a falta de instalações escolares, a escassez de professores qualificados e a instabilidade política da época. A taxa de matrícula de crianças em idade escolar permanece entre 10% e 12%, deixando quase 80% das crianças sem acesso à educação. Apesar da declaração de educação gratuita e obrigatória, isso ocorre há mais de um século e meio, o que mostra que as escolas nunca conseguiram atingir 20% da população (Rosembert 1998, p. 64).

Além disso, é inegável que a educação deveria ser estendida do final de 1970 até 1980 como um trampolim para o acordo institucional e estatal. Em conformidade com a análise do sociólogo Hubert de Ronceray, esse período ainda é marcado por um aumento no número de crianças que frequentam as escolas públicas ou de ensino público. Para o autor, esse número crescente de alunos foi interpretado como um sinal da democratização da educação ou um indicador de mobilidade social. Na realidade, essa expansão contínua do sistema está associada a uma deterioração na qualidade da educação (Ronceray, 2019).

A constituição Haitiana, no artigo 32.2 da lei atual, estipula que: "A educação é responsabilidade do Estado e das autoridades municipais. Eles devem tornar a escolaridade disponível gratuitamente para todos e garantir que o nível de educação nos setores públicos e não públicos seja mantido" (Haiti, 1987, s. p.).

Além disso, um grande número de crianças não tem acesso à escola e aquelas que têm, na maioria dos casos, aprendem nas chamadas escolas "borletes", que, de acordo com Croisy (2012), é uma forma de discriminar ou rejeitar certa educação imatura que vem em um sentido pejorativo da loteria nacional haitiana, ou seja, escolas com má reputação, devido ao seu mau funcionamento. Na visão do autor, o aluno chega lá em desespero, porque foi rejeitado por uma escola melhor e não tem condições de pagar as taxas

escolares regularmente. Desse ponto de vista, isso dá origem a diferentes formas de democratização da escola: Por um lado, as crianças que não frequentam a escola e, por outro, aquelas que frequentam as chamadas escolas de baixa qualidade recebem, em sua maioria, uma educação ruim. Entretanto, o direito à educação para todos tem sido um pilar fundamental do ideal democrático de um país a partir de sua independência. Desde o início, o acesso ao conhecimento para todos foi visto como uma expressão concreta da democracia, com o objetivo de coletivizar a educação, o que foi ainda mais firmemente afirmado do que a democratização política.

De acordo com Pierre (2021), a democratização é uma forma de regime político (democracia) ou uma maneira de organizar as relações sociais. Nesse sentido, a questão da democratização é tanto social quanto política, e os métodos de acesso à educação se tornaram inseparáveis do regime político vigente. Isso significa que os atores muitas vezes desconhecem, ou não estão cientes, de seus papéis e responsabilidades como a tarefa que foram chamados a assumir na sociedade.

Além disso, a democratização da educação por meio do ensino é tanto um meio de liberdade quanto uma garantia de justiça social. Refere-se a um ideal de organização política e social que permite o acesso ao direito à educação e a redução das desigualdades sociais, o que pode contribuir para a construção nacional.

Mais de dois séculos após a independência do Haiti, o país ainda está longe de alcançar esse ideal de democracia educacional, apesar do princípio constitucional de educação para todos consagrado em lei. Uma maneira de dizer isso é que as desigualdades herdadas do período colonial parecem persistir, com certos privilégios mantidos para determinadas categorias que, às vezes, exalam em nome de princípios, ainda significativos, marcados pela ordem colonial e escravocrata. Por exemplo, a discriminação baseada na cor da pele ou na origem social (Joint, 2009).

Para entender melhor a situação do sistema educacional haitiano em termos de acesso à educação, é útil lembrar o número de escolas e alunos nos três ciclos do sistema educacional haitiano após o terremoto de 12 de

janeiro de 2010 e o furacão Matthew de 2016. A tabela a seguir apresenta dados estatísticos sobre o aumento do número de escolas e alunos nos três ciclos.

TABELA 2 – Dados estatísticos mostrando o número de escolas e alunos escolarizados de 2010 a 2019

Ano Escolar	Número de escolas	Número alunos escolarizados		
		Pré-escolar	Ensino Fundamental	Secundário
2010-2011	16072	544 473	2 573 815	260 501
2011-2012	17114	570 376	2 748 078	270 136
2012-2013	17461	598 650	2 815 245	271 810
2013-2014	17828	617 791	2 889 557	272 210
2014-2015	17865	655 826	3 036 564	296 922
2015-2016	19505	673 160	3 111 837	402 257
2016-2017	20402	702 678	3 229 309	488 994
2017-2018	21340	733 491	3 351 216	594 433
2018-2019	22321	765 655	3 477 725	722 608
2019-2020	23347	799 230	3 609 009	878 421

Fonte: Em conformidade com os dados do Ministério da Educação Nacional e Formação Profissional (MENFP) - Diretoria de Planejamento e Cooperação Externa (Roblin e MENFP/DPCE, 2020).

Analisando esses dados e de acordo com o Roblin e MENFP-DPCE (2020), em 2010-2011, havia 16.072 escolas no país. O número de alunos com acesso à educação para os três ciclos foi estimado em 3.378.789. Quatro anos depois, em 2013-2014, houve um aumento de 10,92% no número de escolas e de 11,86% no número de alunos para os três ciclos. Em 2019-2020, o número de escolas subiu para 23.347, um aumento de 46,26%, e o número de alunos com acesso à educação chegou a 5.286.660, um aumento de 56,57%. Esse crescimento mostra que, nos últimos dez anos, o Estado tem se esforçado para tornar a educação acessível a todos.

DESAFIOS DA DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO HAITI

A democratização da educação no Haiti está enfrentando uma série de desafios complexos que estão impedindo o desenvolvimento sustentável e a igualdade de oportunidades no país. Apesar dos avanços e das iniciativas destinadas a tornar a educação acessível a todos, muitos desafios persistem, impedindo a integração efetiva de todas as crianças no sistema educacional (MENFP/UNESCO, 2016). Os principais desafios incluem a falta de investimento estatal em educação, infraestrutura e recursos escolares insuficientes, desigualdade socioeconômica, crises políticas e desastres naturais.

A) Falta de investimento estatal em educação

O Haiti enfrenta a falta de uma política educacional coerente além da falta de meios endógenos para garantir que a educação seja acessível a todos, mesmo que a constituição diga isso.

De acordo com Merle (2000), a democratização da educação deve ser acompanhada por uma política educacional explicitamente voltada para a justiça social. Em sua opinião, o conceito de democratização tem um duplo significado: por um lado, evoca a disseminação da educação ao longo da história da escola e, por outro, refere-se à legalização das oportunidades educacionais. Na verdade, o Estado, cujo papel é organizar o sistema educacional de modo a proporcionar acesso e oportunidades legais a todos os alunos, não consegue cumprir essa missão devido à insegurança econômica e à baixa prioridade dada à educação. O setor educacional haitiano recebe pouco investimento e nem sempre é considerado uma prioridade nas políticas públicas do Estado. O orçamento destinado para a educação é insuficiente para apoiar efetivamente esse setor, que muitas vezes é visto como pobre. A tabela a seguir nos faz compreender como a educação, que é essencial para preparar os futuros líderes do país, não é uma prioridade para o Estado.

Tabela 3 – Orçamento designado para a educação no Haiti nos últimos doze anos, de 2012 a 2024

Anos	Orçamento nacional em bilhões de gourdes	% do orçamento alocado para a educação
2012-2013	131.5	14.7
2013-2014	118.7	12.8
2014-2015	122.6	14.6
2015-2016	113	13.1
2016-2017	121	17.4
2017-2018	198.7	14.6
2018-2019	198.7	12.9
2019-2020	188.7	11.6
2020-2021	254	16.1
2021-2022	210.5	13.1
2022-2023	267.5	10.3
2023-2024	320.6	11.4

Fonte: Elaborado pelo autor usando dados do orçamento para o ano fiscal de 2012 a 2024. consulte também *Journal le moniteur*, orçamento geral para os anos fiscais de 2012 a 2024.

Uma análise dos dados disponíveis nessa tabela, relacionados ao orçamento do Haiti em bilhões de gourdes e a porcentagem alocada à educação, mostram que, nos últimos doze anos, o valor destinado ao ensino permaneceu abaixo de 20%. Esse orçamento indica que a educação não tem sido uma prioridade para o governo durante esse período. De fato, o valor total determinado à educação no orçamento de um estado é um indicador-chave da importância atribuída a esse setor por esse estado.

Tornar a educação acessível - em outras palavras, democratizar a educação - deveria ser prioridade do governo. De acordo com Paulo Freire, a democratização da educação promove a justiça social e a equidade. Para ele, a educação democrática deve levar em conta o contexto socioeconômico de cada indivíduo e se esforçar para corrigir as desigualdades. Freire (2018) afirma que, na luta por uma sociedade mais justa, o acesso à educação é o início da luta. É nesse contexto que ele critica a educação formal, que, em sua opinião, muitas vezes serve para manter o

status quo e as estruturas de poder existentes, portanto propõe uma educação alternativa que promova a autonomia, o pensamento crítico e o compromisso social.

Deve-se observar que o orçamento alocado para a educação é usado, em grande parte, para pagar a escolarização de cerca de 20 a 30% das crianças, e as famílias são responsáveis por aproximadamente 70% do financiamento total da educação (MENFP, 2018). Um estudo realizado pelo UNICEF Haiti e pelo MENFP sobre exclusão escolar mostra que “20% das crianças de 5 anos não frequentam a escola, 18% das crianças de 6 a 11 anos estão fora da escola e 13% das crianças de 12 a 14 anos estão excluídas da escola” (MENFP-UNICEF, 2017, p. 9-10). Portanto, o Estado, como regulador dessa luta para democratizar a escolarização, deve se concentrar na educação. Ele deve investir nela para permitir que mais crianças tenham acesso ao ensino. Nesse contexto, a educação deve ser o “cavalo de batalha de um Estado” que se preocupa com seu desenvolvimento e com o futuro de seus cidadãos.

Para além da falta de investimento em educação, há também a inadequação da infraestrutura e dos recursos escolares.

b) Infraestrutura e recursos escolares insuficientes

A falta de infraestrutura escolar no Haiti é um grande obstáculo para a democratização da educação no país. Essa situação impede que milhares de crianças tenham acesso a uma educação de qualidade e perpetua as desigualdades sociais e econômicas. Salas de aulas com excedente de alunos, falta de materiais didáticos e prédios escolares em ruínas, criam um ambiente de aprendizado desfavorável, limitando as oportunidades de sucesso dos alunos e reproduzindo as desigualdades sociais.

De acordo com Bourdieu (1993), os alunos desse tipo de escola nem sempre têm a mesma chance de sucesso, enquanto aqueles de origens favorecidas geralmente têm recursos culturais e econômicos que lhes permitem ter um melhor desempenho no sistema educacional. Para Bourdieu,

a democratização não pode ser alcançada sem a conscientização e a transformação das estruturas sociais que sustentam a desigualdade.

Para democratizar a educação no Haiti, é preciso repensar a educação não apenas como um local de transmissão de conhecimento, mas também como um campo de batalha pela igualdade e justiça social.

De acordo com Perier (2011), a democratização da educação é um processo que visa incluir todas as crianças no sistema educacional independentemente de seu grupo social, raça ou origem, sejam elas desfavorecidas, marginalizadas ou não. Essa inclusão deve ir além do acesso físico à escola e incluir apoio pedagógico e social para permitir que cada aluno tenha sucesso. Assim, é essencial garantir oportunidades iguais para todas as crianças, independentemente de sua origem social, econômica e cultural.

c) Problema da língua de ensino

A questão da língua de ensino no sistema educacional haitiano é um dos maiores desafios para a democratização da educação no Haiti. Esse problema, que está enraizado na história da nação e, particularmente, na história da educação no país, reflete as tensões socioculturais e as desigualdades que marcaram e marcam a sociedade haitiana até hoje.

Desde a independência, em 1º de janeiro de 1804, o Haiti é uma nação bilíngue, na qual o *Creole Haitien (Kreyol Ayisyen)* é o idioma comum que une todos os haitianos (MENFP, 2018). Em outras palavras, é a Língua falada pela maioria da população, que, de acordo com o *Groupe de Travail sur l'Éducation et de la Formation (GTEF)*, mais de 90% são falantes do crioulo (GTEF, 2010). O artigo 5 da Constituição de 1987 também declara que o crioulo é o idioma oficial do Haiti (Haiti, 1987). O francês também continua sendo um idioma oficial e administrativo herdado da colonização, de acordo com o mesmo artigo, parágrafo 2. Essa dualidade linguística tem repercussões específicas no sistema educacional haitiano.

Historicamente, o francês tem sido privilegiado como idioma de status e prestígio social, reservando o acesso à educação de qualidade para uma

elite minoritária. O crioulo, embora falado por quase todos os haitianos, há muito tempo foi relegado ao *status* de dialeto informal, inadequado para uso oficial. Ele ainda não ocupa o lugar que merece no ensino dentro do sistema educacional haitiano e também no processo de elaboração e implementação dos vários instrumentos para orientar e gerenciar os assuntos do país (MENFP, 2018). Essa situação criou uma lacuna entre os alunos da classe trabalhadora, para os quais o crioulo é o idioma principal, e as estruturas educacionais que oferecem o francês como meio de instrução.

As reformas educacionais das últimas décadas ignoraram a importância dessa barreira linguística, contribuindo assim para a reprodução das desigualdades sociais. Entretanto, não deve ser ignorado o trabalho de Claude Bernard, que introduziu o crioulo como idioma do ensino na reforma Bernard de 1979.

Os alunos das zonas rurais e dos bairros menos favorecidos, onde o crioulo é o idioma dominante, têm mais dificuldade em receber aulas em francês, o que afeta seu desempenho acadêmico e suas oportunidades de emprego. Nesse contexto, o idioma de ensino no Haiti não é apenas uma questão de justiça social e de democratização do acesso à educação. O reconhecimento e a integração no sistema educacional haitiano são cruciais para que a educação seja acessível a todos os haitianos, independentemente de sua origem socioeconômica e sem nenhuma barreira linguística.

De fato, para democratizar a educação no Haiti, é imperativo desenvolver uma política linguística inclusiva que valorize a língua materna, o crioulo e, ao mesmo tempo, permita uma transição suave para o bilíngue.

d) Crises políticas e desastres naturais.

Desde a queda do regime de Duvalier, em 1986, o Haiti vive uma instabilidade crônica marcada por golpes de Estado, eleições contestadas e manifestações violentas, além da má governança em lidar com os desastres naturais. Essa situação instável teve consequências graves particularmente

para o sistema educacional haitiano e representa um desafio para a democratização da educação no país (Pierre, 2021; Fallon; Mazawi, 2014).

Com efeito, em 2019, durante as manifestações antigovernamentais conhecidas como "Pays Lock", um grande número de escolas teve de fechar suas portas por vários meses. Essas interrupções impactaram diretamente na aprendizagem dos alunos, reduzindo o tempo de ensino e suspendendo o calendário escolar, bem como no processo de democratização da educação no país.

No Haiti, as escolas sempre foram consideradas e respeitadas como refúgios seguros, mas nas últimas décadas são frequentemente vandalizadas, incendiadas ou usadas como bases para grupos armados. Em um comunicado à imprensa emitido pelo representante do UNICEF no Haiti, Bruno Maes, em 9 de fevereiro de 2023, ele disse:

Em algumas áreas urbanas do país, grupos armados veem o saque de escolas como uma alternativa lucrativa a outras formas de extorsão e de criminalidade. Isso precisa acabar. O ataque às escolas por grupos armados tem um enorme impacto sobre a segurança, o bem-estar e a capacidade de aprendizado das crianças. A violência continua a afetar muito a vida das crianças no Haiti, principalmente em Porto Príncipe e arredores, e as escolas não são mais poupadas. Uma criança que tem medo de ir à escola têm maior probabilidade de ser recrutada por grupos armados⁶.

Além disso, durante a instabilidade pós-eleitoral, várias escolas foram danificadas ou destruídas em 2010-2011. A reconstrução e a reabilitação da infraestrutura escolar são frequentemente atrasadas, comprometendo o acesso à educação de muitas crianças.

Outrossim, a instabilidade política está levando muitos professores qualificados a deixar o país em busca de melhores condições de vida e de trabalho no exterior. Essa "fuga de cérebros" deixa as escolas com uma equipe insuficiente e, muitas vezes, menos qualificada, que trabalha em condições precárias que afetam a qualidade do ensino e, conseqüentemente, o acesso à educação de qualidade.

⁶ UNICEF. **Haiti**: neuf fois de violence armee contre l'ecole en un an. Publicado em fevereiro 2023. Disponível em: <https://www.unicef.fr/article/haiti-neuf-fois-plus-de-violence-armee-contre-les-ecoles-en-un-an/>. Acesso em: 9 jul. 2024.

Outro fator a ser mencionado é a crise política que tem agravado as desigualdades existentes no sistema educacional haitiano: Famílias ricas podem enviar seus filhos para escolas particulares ou para o exterior, mas os filhos de famílias pobres que dependem exclusivamente das escolas católicas são os mais afetados pelo fechamento e pela degradação das condições educacionais. Isso é o que Pierre Bourdieu explicou em *Reproduction* (Bourdieu, 1970), o que aumenta ainda mais a distância entre a classe média haitiana e as massas, comprometendo a equidade e a igualdade de oportunidades, que é um princípio da democracia na educação e, de acordo com Apple (2006), a democracia na educação implica um compromisso com a equidade e o acesso de todos os alunos, independentemente de sua origem socioeconômica, étnica e cultural.

Outro destaque aqui é em relação aos desastres naturais que acometem o país, o terremoto de 12 de janeiro de 2010 causou um grande impacto no sistema educacional haitiano, pois grande parte da infraestrutura em todos os níveis de ensino foi completamente destruída (Desse; Pierre; Lucien, 2012). Em termos de perda de vidas, muitos professores e alunos faleceram por ocasião do terremoto. Além disso, o ciclone Mathew, que atingiu a costa sul do Haiti, em 4 de outubro de 2016, causou danos consideráveis a essa nação empobrecida e também teve grande impacto sobre o sistema educacional haitiano que, de acordo com um relatório do UNICEF de 2016, cerca de 175 escolas sofreram grandes danos e pelo menos 150 escolas em todo o país foram usadas para acolher as pessoas desabrigadas.

Essas tragédias intensificaram as dificuldades já existentes no sistema educacional haitiano, que estava enfrentando desafios em termos de oferta, eficiência e qualidade da educação para o processo de democratização da educação no sistema educacional haitiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democratização da educação é uma questão complexa e crucial para o desenvolvimento do Haiti. Por meio de uma análise detalhada, este

trabalho destacou os muitos desafios que dificultam o processo de tornar a educação acessível a todos no Haiti - em outras palavras, o processo de democratização da educação conforme estabelecido no plano operacional 2010-2015, de acordo com o MENFP (2012), que enfatizou o objetivo do governo, é instaurar a educação para todos, abrindo as portas da escola a todas as crianças haitianas, sejam elas privilegiadas ou desfavorecidas, ricas ou pobres, para permitir que todos tenham acesso aos mais altos escalões da sociedade haitiana por meio do conhecimento, estabelecendo assim igualdade de oportunidades. No entanto, historicamente, a educação no Haiti sempre foi marcada por desigualdades e disparidades, enraizadas em contextos socioeconômicos e políticos variados.

A falta de um projeto governamental que vise a educação e de subsídio adequado continua sendo um grande obstáculo. Os recursos financeiros insuficientes alocados para a educação levaram a uma infraestrutura escolar inadequada e à falta de recursos essenciais de ensino, limitando o acesso e a qualidade da educação. As escolas geralmente são mal equipadas, e os professores nem sempre têm as ferramentas necessárias para oferecer uma educação de qualidade.

A língua de ensino também é um desafio significativo. A predominância do francês, uma língua que a maioria dos alunos não domina como língua materna, apesar de ser uma das línguas oficiais de acordo com a constituição. Nesse contexto, essa língua cria uma barreira suplementar ao aprendizado e ao sucesso na escola. O reconhecimento e a integração do *Créole* como língua de ensino no sistema educacional são essenciais para tornar a educação mais inclusiva e acessível.

As crises políticas recorrentes e os frequentes desastres naturais também tiveram um impacto devastador no sistema educacional haitiano. Esses fenômenos prejudicam não apenas a continuidade da educação, mas também a implementação das reformas educacionais necessárias. A estabilidade política e o gerenciamento eficaz dos riscos naturais são, portanto, essenciais para criar um ambiente propício à democratização da educação.

Por fim, tornar o ensino acessível a todos no Haiti é uma meta alcançável, mas que exige esforço, compromisso conjunto e uma política firme em que os desafios inter-relacionados formam um grande obstáculo ao processo de democratização da educação no país. O reconhecimento desses obstáculos é o primeiro passo para resolvê-los. É imperativo colocar em vigor políticas educacionais inclusivas apoiadas por financiamento adequado. Portanto, ao enfrentar esses desafios de forma proativa, o Haiti poderá construir um sistema educacional verdadeiramente democrático, capaz de contribuir para o desenvolvimento sustentável e equitativo do país.

REFERÊNCIAS

APPLE, M. W. **Educating the Right Way: markets, Standards good and inequality**. Routledge, 2006.

ASSIS, R. A. M. Pesquisa histórica: uma experiência em ato. In: MORORÓ, L. P., COUTO, M. E. S.; ASSIS, R. A. M. (orgs). **Notas teórico-metodológicas de pesquisas em educação: concepções e trajetórias** [online]. Ilhéus, BA: EDITUS, 2017, pp. 41-54. ISBN: 978-85-7455-493-8. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/yjxdq/pdf/mororo-9788574554938-02.pdf>. DOI: 10.7476/9788574554938.002. Acesso em: 25 jan. de 2024.

BERROUET-ORIOU, R. **L'aménagement du Créole dans les écoles Haïtiennes a l'épreuve de l'Amateurisme et du "SHOWBIZ" cosmetique du Ministere de l'Education Nationale et de la Formation Professionnelle**. Fondas Kreyol, 2023. Disponível em: <https://fondaskreyol.org/article/amenagement-epreuve-ecole-haitienne-epreuve-amateurisme-showbiz-cosmrtrique-ministere>. Acesso em: 25 jan. de 2024.

BOURDIEU, P. **La Misere du Monde**. Paris: edition du Seuil, 1993.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Paris: Edition de MInuit, 1970. Revisão de Pedro Benjamin Garcia e Ana Maria Baeta. 3. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BRUTUS, E. **Instruction publique en Haïti, 1492-1945**, tome 1, Port-au-Prince, Édition Panorama, 1948.

CROISY, S. **Haïti: école-borlette et réforme, une union possible**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências da Educação). Université Paris 8 Vincenne Saint-Denis/Paris 2012.



DESSE, M.; PIERRE, J. P.; LUCIEN, G. E. Trajectoires et adaptations a une crise multiple: Port-au-Prince depuis le seisme du 12 janvie 2010 au travers des concepts d'exit, voice, loyalty et apathie. Vertigo- **La revue electronique en sciences de l'environnement on-line**, v.12, n. 3, dez. 2012. Disponivel em: <https://vertigo.revues.org/13006>. DOI: 10.4000/vertigo.13006. Acesso em: 24 jul. 2024.

DURKEIME, E. **Educação e Sociologia**. Tradução de Stephania Matousek. 5 ed.-Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FALLON, G; MAZAWI, A. E. **Acces, qualité et Gouvernance dans l'éducation fondamentale en Haïti**. Rapports soumis au MENFP (Port-Au-Prince) et Programme de Cooperation Volontaire (Montreal, PQ, Canada), 2014.

FAUSTINO, R. C.; GASPARIN, J. L. **L'influence du positivisme et de l'historicisme sur l'enseignement et l'enseignement de l'histoire**, v. 23, 2001. Disponivel em: <https://doid.org/10.4025/actascihumansoc.v23i0.2765> . Acesso em 25 fev. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 66^e. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e terra, 2018.

GTEF. **Pour un pacte national sur l'Education en Haïti**: Rapport au president de la Republique. Port-au-Price, 2010.

HAITI. **Constititution 1805**: constitution Imperial. St-Toma, universite, Canada, 2015. Disponivel em: <https://wp.stu.ca/worldhistory/wpcontent/uploads/sites/a/2015/07/constitution-of-haiti-1805.pdf> . Acesso em: 25 jan. 2024.

HAITI. **Constitution 1801**, archive de l'histoire d'Haïti, s.d. Disponivel em: <https://www.marxists.org/history/haiti/1801/constitution.htm>. Acesso em: 27 jan. 2024.

HAITI. **Constitution 1987 de la Republique d'Haïti**. Port-au-Prince, 1987.

JEAN-PIERRE, G. **L'armée indigène. La défaite de Napoléon en Haïti**. Préface de Lyonel Trouillot. Éditions de l'Université d'État d'Haïti. 2014.

JOINT, L. A. L'école dans la construction de l'etat. In: **Genese de l'Etat Haitien (1804-1859)**. Paris, *editions de la maison de la science de l'homme*. 2009. Disponivel em: <https://doi.org/10.4000/books.editionssmsh.9760> . ISN. 9782735118908. Acesso em: 27 jun. 2024.

JOINT, L. A. Systeme educatif et inegalite Scolaire en Haïti: Le cas des ecoles Catholique. **Recherche et ressource en education et formation** [On line], v. 2,

2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rref/861>. DOI: <https://doi.org/10.400/rref/861>. Acesso em: 20 jan. 2025.

MENFP; UNESCO. **Étude diagnostique du droit à une éducation de qualité en Haïti**. Paris: UNESCO. 2016. Disponível em : <http://chfressourceshaiti.com/data/chfressources/media/etude-rapport-synthese/3-2016-UNESCO-Etude-diagnostique-du-droit-a-une-education-de-qualite-en-Haiti-03-10-20-.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2024.

MENFP. **Plan Decenal d'Education et de la Formation PDEF**, 2017-2027. Port-au-Prince. Haiti. Janvier. 2018.

MENFP. **Vers la refondation du systeme educatif haitien, Plan Operationel 2010-2015**: des recommandation du Groupe de Travail sur l'Education et de la Formation. Port-au-Prince, Haiti. fev. 2012.

MENFP-UNICEF. **Étude sur les enfants non scolarisés en Haïti**. 2017. Disponível em: <https://www.allinschool.org/media/1561/fille/haiti-OOSCI-country-study-2017-fr.pdf> . Acesso em: 27 jul. 2024.

MENJS. **PNEF: le Plan national d'éducation et de formation**. Port-au Prince. 1998.

MERLE, P. Le concept de démocratisation de l'institution scolaire:une typologie et sa mise a l'epreuve. In: **Population 55^e année**, no 1, 2000. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/pop_0032-4663_2000_num_55_1_7097. Acesso em: 27 jul. 2024.

PERIER, P. **La cooperation educative**: enjeux et perspective. Renne: Preesses universitaire de Renne, 2011.

PIERRE, M. **Democratisation et inegalite Scolaire dans les pays en voie de developpement: cas d'Haïti**, 2021. Tese (Doutorado em Ciencia Sociais e Humanidades). Université Paris Saclay/Paris 2021.

QUIJANO, A. "**Colonialite du pouvoir, Democratie et citoyenne en Amerique Latine**", en *Amerique latine: Democratie et exclusion*. L'Hamartan, Paris, 1994.

ROBLIN, Y; MENFP/DPCE. **Evolution des Statistiques Scolaire de 2010 a 2019 en Haïti**, 2020. Disponível em: <https://omniscientinfo.com/evolution-des-statistiques-de-2010-a-2019-en-haiti/>. Acesso em: 20 jul. 2024.

RONCERAY, H. **Sociologie du fait haïtien**. p. 92. Les Presses de l'Université de Montréal, 270 p. Portau-Prince : *Les Éditions de l'Action sociale*. 1979. Publié dans *Les Classiques des sciences sociales* le 22 août 2019.



ROSEMBERT, J. **Analyse sociologique des intentions de la réforme du système éducatif haïtien (Réforme Bernard, 1979-1980)**, 1998. Dissertation (Mestrado em Sociologia) Université Ottawa, Canada, 1998.

TARDIEU, C. **L'éducation en Haïti de la période coloniale à nos jours**. Port-au-Prince, imprimerie Henry Deschamps, 1988.

TARDIEU, C. **Ledikasyon pa negosyab-L'éducation n'est pas négociable**, journal le National, 23 out 2023, Disponível em: https://www.lenational.org/post_article.php?soc=308,. Acesso em: 15 jun. 2024.

UNESCO. **Ce qu'il faut savoir sur le droit à l'éducation**. 2022. Disponível em <https://www.unesco.org/fr/right-education> Acesso em: 3 mar. 2024.

UNICEF. **Convenção sobre os Direitos da criança e Protocolos Facultativos**, edição revista, 2019. Disponível em: https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-o_dos_direitos_da_crianca.pdf. Acesso em: 4 jul. 2024.

UNICEF. **Haïti**: neuf fois de violence armée contre l'école en un an. Publicado em fevereiro 2023. Disponível em: <https://www.unicef.fr/article/haïti-neuf-fois-plus-de-violence-armee-contre-les-ecoles-en-un-an/> . Acesso em: 9 jul. 2024.

WORLDOMETERS. **Population d'Haïti 2024 et Historique**. Disponível em: <https://www.worldometers.info/world-population/haïti-population/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

Recebido em: 01 de outubro de 2024.

Aprovado em: 30 de dezembro de 2024.

Publicado em: 13 de março de 2025.

